



149
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0329815-9

APELANTE: Ivson Antônio dos Santos

APELADO: Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL MILITAR. EXCLUSÃO, A BEM DA DISCIPLINA. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS PENAL, CÍVEL E ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL PARA A EDIÇÃO DO ATO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REGULAR. APELO IMPROVIDO. 1. De proêmio, requereu o autor/apelante o conhecimento do agravo retido de fls. 56/62, pelo qual pleiteia pelo deferimento da antecipação dos efeitos da tutela. 2. Todavia, é de se reconhecer a perda de objeto do agravo em questão, uma vez que, tendo a ação sido julgada improcedente, a tutela perseguida a título antecipatório é a mesma que se busca com o presente apelo, agora em cognição exauriente. 3. Principiando o enfrentamento da questão de fundo, ressalte-se que não merece prosperar a irresignação do autor/apelante assentada na alegação de que o seu ato de exclusão, a bem da disciplina, decorreu de fatos apurados em processo-crime pendente de julgamento, o que violaria o princípio constitucional da presunção de inocência. 4. Deveras, é pacífico o reconhecimento doutrinário e jurisprudencial acerca da independência entre as esferas penal e administrativa. 5. Com efeito, o entendimento amplamente consolidado nos Tribunais Superiores é o de que a esfera administrativa é soberana para julgar o ilícito administrativo que constitua, também, em tese, ilícito penal. 6. Isso porque a sanção administrativa é aplicada para salvaguardar os interesses da Administração Pública, enquanto a sanção criminal destina-se à proteção da coletividade, o que pode demandar a necessidade de diligências e provas que não aquelas suficientes para a responsabilização do indivíduo na esfera administrativa. 7. Ademais, registre-se, por oportuno, que a pena de exclusão, a bem da disciplina, pode ser aplicada pelo Secretário de Defesa Social em relação a todos os integrantes das Corporações Militares Estaduais, à vista do disposto no art. 10, I, da Lei nº 11.817/2000. 8. Com efeito, com relação à competência prevista no art. 125, § 4º, da Constituição Federal, é pacífico o entendimento de que a mesma não restringiu a tarefa da Administração Pública de gerir o seu próprio corpo de funcionários, tampouco conferiu à Justiça Militar Estadual uma nova competência, a de decidir sobre as punições administrativas próprias das autoridades do Poder Executivo. 9. Em verdade, a competência conferida à Justiça Militar Estadual pelo art. 125, § 4º, da Constituição Federal é relativa à perda da graduação como pena acessória dos crimes que a ela couber decidir, e não à sanção disciplinar, que pode decorrer de processo administrativo, em que observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa, como ocorreu no caso em tela, conforme se observa da narrativa do relatório final do Conselho de Disciplina (acostado pelo próprio autor às fls. 14/17), em que consta a referência à oitiva do acusado e de testemunhas, às razões de defesa apresentadas pelo militar, e, finalmente, às suas alegações finais. 10. Por fim, cumpre assinalar que não cabe ao Judiciário aferir o juízo de mérito da Administração, restando a este órgão julgador apenas a competência para analisar a observância ao princípio da legalidade na atuação administrativa. 11. Nessa ordem de ideias, não se conhece da alegação de excesso de rigor na aplicação da penalidade



180
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

disciplinar. **12.** De todo modo, não aparenta ser desarrazoada a aplicação da pena de exclusão na hipótese em tela, uma vez que restou apurado em procedimento administrativo o envolvimento do apelante em crime de homicídio por motivo fútil, conduta esta nitidamente incompatível com o exercício das funções policiais. **13.** Apelo improvido, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0329815-9, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento à apelação cível, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0329815-9
APELANTE: Ivson Antônio dos Santos
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Apeação Cível** interposta em face de sentença que julgou improcedente a ação ordinária proposta por Ivson Antônio dos Santos contra o Estado de Pernambuco, objetivando a sua reintegração às fileiras da Polícia Militar de Pernambuco, da qual fora excluído, a bem da disciplina, através da Portaria GAB/SDS nº 1668, de 05 de outubro de 2007, publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de outubro de 2007 - fls. 13.

Na inicial, sustenta o autor, ora apelante, que foi eliminado dos quadros da Polícia Militar de Pernambuco, sem a conclusão do processo-crime a que responde junto à 1ª Vara do Júri da Comarca de Recife (processo nº 001.2003.061676-0).

Defende não ser possível a aplicação da penalidade administrativa de perda do cargo público sem a existência de uma sentença penal condenatória transitada em julgado, em reverência ao princípio da presunção de inocência.

Averba, ainda, a nulidade do seu ato de exclusão, em virtude da incompetência do Secretário de Defesa Social para exarar-lo, ante a previsão do art. 125, § 4º da CF/88, e face à fragilidade das provas do procedimento administrativo disciplinar e o excesso de pena aplicada.

Em decisão interlocutória, o Juiz *a quo* indeferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (fls. 54). Em sucessivo, a parte autora interpôs agravo retido às fls. 56/62.

A sentença *a quo* julgou improcedente o pedido, com fundamento na independência entre as instâncias administrativa, civil e penal, e na competência do Secretario de Defesa Social para a exclusão dos militares, a bem da disciplina (fls. 83/84-vº).

Irresignado, o autor interpôs as suas razões de apelação (fls. 90/121), requerendo, em preliminar, o conhecimento e provimento do agravo retido de fls. 56/62, e pugnando pela reforma da sentença, repisando os argumentos da inicial.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo improvimento do apelo às fls. 170/172.

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 11 de abril de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

181
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0329815-9
APELANTE: Ivson Antônio dos Santos
APELADO: Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De proêmio, requereu o autor/apelante o conhecimento do agravo retido de fls. 56/62, pelo qual pleiteia pelo deferimento da antecipação dos efeitos da tutela.

Todavia, é de se reconhecer a perda de objeto do agravo retido em questão, uma vez que, tendo a ação sido julgada improcedente, a tutela perseguida a título antecipatório é a mesma que se busca com o presente apelo, agora em cognição exauriente.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça ementou:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MEDIDA LIMINAR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA JULGANDO A CAUSA. PERDA DE OBJETO DO RECURSO RELATIVO À MEDIDA ANTECIPATÓRIA.

1. "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório" (Súmula 98/STJ).
2. As medidas liminares, editadas em juízo de mera verossimilhança, têm por finalidade ajustar provisoriamente a situação das partes envolvidas na relação jurídica litigiosa e, por isso mesmo, desempenham no processo uma função por natureza temporária. Sua eficácia se encerra com a superveniência da sentença, provimento tomado à base de cognição exauriente, apto a dar tratamento definitivo à controvérsia, atendendo ou não ao pedido ou simplesmente extinguindo o processo.
3. O julgamento da causa esgota, portanto, a finalidade da medida liminar, fazendo cessar a sua eficácia. Daí em diante, prevalece o comando da sentença, e as eventuais medidas de urgência devem ser postuladas no âmbito do sistema de recursos, seja a título de efeito suspensivo, seja a título de antecipação da tutela recursal, providências cabíveis não apenas em agravo de instrumento (CPC, arts. 527, III e 558), mas também em apelação (CPC, art. 558, § único) e em recursos especiais e extraordinários (RI/STF, art. 21, IV; RI/STJ, art. 34, V).
4. Conseqüentemente, a superveniência de sentença acarreta a inutilidade da discussão a respeito do cabimento ou não da medida liminar, ficando prejudicado eventual recurso, inclusive o especial, relativo à matéria.
(...) (REsp 853.349/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/09/2006, DJ 25/09/2006 p. 242)

Principiando o enfrentamento da questão de fundo, ressalto que não merece prosperar a irresignação do autor/apelante assentada na alegação de que o seu ato de exclusão, a bem da disciplina, decorreu de fatos apurados em processo-crime pendente de julgamento.

Como visto, assevera o apelante que a sua exclusão da Corporação violou o princípio constitucional da presunção de inocência.



182
②

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Todavia, é pacífico o reconhecimento doutrinário e jurisprudencial acerca da independência entre as esferas penal e administrativa.

Nesse sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, conforme se observa dos julgados a seguir:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. DEMISSÃO. SERVIDOR PÚBLICO. ABSOLVIÇÃO NA ESFERA CRIMINAL. ART. 386, III, DO CPP. INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA STF 279. 1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, consoante iterativa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 2. A absolvição na esfera criminal nos termos do art. 386, III, do CPP, no caso, não repercute na instância administrativa, porquanto são independentes. Precedentes. 3. O revolvimento de fatos e provas não é viável nesta via extraordinária (Súmula STF 279). 4. Agravo regimental improvido. (AI 521569 ED/PE, Relator (a): Ministra Ellen Gracie, Órgão Julgador: 2ª Turma, DJe-086 DIVULG 13-05-2010 PUBLIC 14-05-2010). Grifei.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO: DEMISSÃO. ILÍCITO ADMINISTRATIVO E ILÍCITO PENAL. INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA: AUTONOMIA. PRESCRIÇÃO: Lei 8.112/90, art. 142. I. - Ilícito administrativo que constitui, também, ilícito penal: o ato de demissão, após procedimento administrativo regular, não depende da conclusão da ação penal instaurada contra o servidor por crime contra a administração pública, tendo em vista a autonomia das instâncias. II. - Precedente do STF: MS 23.401-DF, Velloso, Plenário. III. - Na hipótese de a infração disciplinar constituir também crime, os prazos de prescrição previstos na lei penal têm aplicação: Lei 8.112/90, art. 142, § 2º. Inocorrência de prescrição, no caso. IV. - Alegação de flagrante preparado: alegação impertinente no procedimento administrativo. V. - Mandado de segurança indeferido. (MS 23242/SP, Relator: Ministro Carlos Velloso, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, DJ: 17-05-2002 PP-00059). Grifei.

De maneira semelhante, o Superior Tribunal de Justiça tem decidido reiteradamente, *verbis*:

“ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR REFORMADO. INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PUNIÇÃO PELO CONSELHO DE DISCIPLINA. POSSIBILIDADE. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. É firme o entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que as esferas criminal e administrativa são independentes, estando a Administração vinculada apenas à decisão do juízo criminal que negar a existência ou a autoria do crime.

2. Por expressa previsão na legislação local, o Conselho de Disciplina da Polícia Militar do Estado do Maranhão é competente para aplicar sanções disciplinares aos militares da reserva.

3. Recurso ordinário improvido. (RMS 19493/MA, Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, julgamento: 03/10/2006)”. Grifei.



183
a

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

“MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DESCONSTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ESFERAS PENAL E ADMINISTRATIVA. INDEPENDÊNCIA. SEGURANÇA DENEGADA.

1. A estreita via do mandado de segurança não é a seara ideal para se desconstituir o contexto fático-probatório do procedimento administrativo que culminou com a demissão do impetrante do quadro funcional da Polícia Federal.

2. Em razão da independência entre as instâncias penal e administrativa, suas decisões não se influenciam, exceto no caso de absolvição naquela, quando reconhecida a negativa de autoria ou inexistência do fato.

3. Segurança denegada.

(MS 14.665/DF, Rel. Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 25/06/2012)”.

“AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ATO INAUGURAL. REGULARIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. INDEPENDÊNCIA DAS ESFERAS ADMINISTRATIVA E PENAL. SOBRESTAMENTO. DESNECESSIDADE.

1. No ato que inaugura o processo disciplinar é desnecessária a minuciosa descrição dos fatos a serem apurados, que deve ocorrer apenas quando do indiciamento do servidor, posteriormente à fase instrutória. Precedentes.

2. O fato de não constar a denominação "portaria", e sim "resolução", no ato de instauração do feito disciplinar consubstancia mero erro material que não é apto a causar prejuízo ao servidor notificado e, portanto, não importa em nulidade.

3. Ainda que haja previsão legal de suspensão do feito disciplinar que apura falta administrativa decorrente de crime até o trânsito em julgado na esfera penal, cabe à Administração, ao examinar o caso concreto, averiguar se há falta administrativa residual e se há necessidade ou não de seu sobrestamento, considerado-se a independência entre as instâncias e o fato de que a absolvição criminal só afasta a responsabilidade administrativa se negar a existência do fato ou da autoria.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no RMS 29.595/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 27/08/2012)”. Grifei.

Conforme visto do entendimento amplamente consolidado nos Tribunais Superiores, **a esfera administrativa é soberana para julgar o ilícito administrativo que constitua, também, em tese, ilícito penal.**

Isso porque a sanção administrativa é aplicada para salvaguardar os interesses da Administração Pública, enquanto a sanção criminal destina-se à proteção da coletividade, o que pode demandar a necessidade de diligências e provas que não aquelas suficientes para a responsabilização do indivíduo na esfera administrativa.

Ademais, registre-se, por oportuno, que a pena de exclusão, a bem da disciplina, pode ser aplicada pelo Secretário de Defesa Social em relação a todos os integrantes das Corporações Militares Estaduais, à vista do disposto no art. 10, I, da Lei nº 11.817/2000.





184
80

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, com relação à competência prevista no art. 125, § 4º, da Constituição Federal, é pacífico o entendimento de que a mesma não restringiu a tarefa da Administração Pública de gerir o seu próprio corpo de funcionários, tampouco conferiu à Justiça Militar Estadual uma nova competência, a de decidir sobre as punições administrativas próprias das autoridades do Poder Executivo.

Em verdade, a competência conferida à Justiça Militar Estadual pelo art. 125, § 4º, da Constituição Federal é relativa à perda da graduação como pena acessória dos crimes que a ela couber decidir, e não à sanção disciplinar, que pode decorrer de processo administrativo, em que observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa, como ocorreu no caso em tela, conforme se observa da narrativa do relatório final do Conselho de Disciplina (acostado pelo próprio autor às fls. 14/17), em que consta a referência à oitiva do acusado e de testemunhas, às razões de defesa apresentadas pelo militar, e, finalmente, às suas alegações finais.

Por fim, cumpre assinalar que não cabe ao Judiciário aferir o juízo de mérito da Administração, restando a este órgão julgador apenas a competência para analisar a observância ao princípio da legalidade na atuação administrativa.

Nessa ordem de ideias, não conheço da alegação de excesso de rigor na aplicação da penalidade disciplinar.

De todo modo, não aparenta ser desarrazoada a aplicação da penalidade de exclusão, a bem da disciplina, na hipótese em tela, uma vez que restou apurado em procedimento administrativo o envolvimento do apelante em crime de homicídio por motivo fútil, conduta esta nitidamente incompatível com o exercício das funções policiais.

Ante o exposto, e sendo certo que o ato de exclusão, a bem da disciplina, em foco foi efetivado com respeito aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa, tendo sido exarado por autoridade competente, em observância à legislação castrense aplicável à espécie, **nego provimento à apelação cível.**

É como voto.

Recife, 27 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator